



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR O TRÂNSITO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS EM RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2024, ÀS 18H30MIN, NO PLENÁRIO VEREADOR NADIR ANTONIO RODRIGUES, DA CÂMARA DE VEREADORES DE PAPANDUVA

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Oscar Gutz, que tem por objetivo discutir o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias estaduais e federais catarinenses.

Além de Papanduva no dia de hoje, Campos Novos já realizou audiência sobre o mesmo tema na semana passada. E teremos também audiências nas cidades de Abelardo Luz, no dia 24 de maio, de Sombrio, no dia 28 de maio, e de Ituporanga, no dia 7 de junho.

O atual Código Brasileiro de Trânsito proíbe o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias. Com isso as máquinas precisam percorrer trajetos secundários ou dependem de transporte em carretas especiais para serem deslocadas.

Esta audiência, portanto, vai discutir a necessidade da utilização de rodovias para o trânsito de tratores e outras máquinas do setor agrícola, bem como as restrições de circulação que impactam no segmento, com perda de produtividade e rentabilidade.

Convidamos para compor a mesa de trabalho as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor membro da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Oscar Gutz; o excelentíssimo senhor Prefeito de Papanduva, Jeferson Chupel; a excelentíssima senhora Presidente da Câmara de Vereadores de Papanduva, Vereadora Sandra Aparecida da Silva; o senhor Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Thiago Moura Furtado; o senhor policial rodoviário federal da Delegacia de Mafra, Jaerilson Huyer Klippel Junior; o senhor Comandante da 4ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv), de Joinville, Capitão Leandro Dirschnabel, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Aurélio José Pelozato da Rosa; e o senhor produtor rural de Papanduva, Luiz Fernando Ávila de Oliveira. (*Palmas.*)

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor Prefeito de Irineópolis e presidente da Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte), Lademir Fernando Arcari; senhor Prefeito de Mafra, Emerson Maas; senhor Secretário Municipal de Agricultura de Canoinhas, Wanderley José Dromboski, neste ato representando a Prefeita Juliana Maciel; senhora Vice-Prefeita de Papanduva, Marli Meireles Prestes de Luca; senhora Vereadora de Papanduva, Mariângela Silveira Senna; senhora Vereadora de Papanduva, Jacqueline Tabalipa de Almeida Balena; senhora Vereadora de Papanduva, Bernadete Wiliczinski; senhor Vereador de Papanduva, Alexandre Miguel Grabovski; senhor Vereador de Papanduva, Valdecir Vaneski; senhor Vereador de Papanduva, Ernildo Selinke; senhor Vereador de Papanduva, Moises dos Passos; senhor Vereador de Papanduva, Adeniz Humenhuka; senhora Presidente da Câmara



de Vereadores de Irineópolis, Vereadora Eleni Baum; senhora Vereadora de Irineópolis, Dircélia Senff Nicoluzzi; senhor Vereador de Irineópolis, Carlos Silva; senhora Vereadora de Irineópolis, Cleusa Clarice de Lima; senhor Vereador de Irineópolis, Marcelo Francisco Baze; senhor Vereador de Irineópolis, Leocrides Gomes dos Santos; senhor Vereador de Irineópolis, Gilmar Niedzeilski; senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra, Vereador Sérgio Luiz Severino; senhora Vereadora de Mafra, Dircelene Dittrich Pinto; senhor Vereador de Mafra, Valdemar Hoening; senhor Vereador de Mafra, David Roeder; senhor Vereador de Mafra, Rafael Augusto Cavalheiro; senhor Vereador de Mafra, João Maria Ferreira; senhor Vereador de Mafra, Mário Skonieski; senhor Vereador de Mafra, Jonas Schultz; senhor Vereador de Mafra, Jonas Heide; senhor Vereador de Mafra, Wagner Grossl Ramos de Oliveira; senhor Vereador de Mafra, Vanderlei Peters; senhor Vereador de Mafra, Valdecir Antônio Munhoz; senhor Vereador de Canoinhas, Gilmar Martins; senhor Vereador de Canoinhas, Willian Godoy; senhora Vereadora de Major Vieira, Soleima Aparecida de Oliveira; senhor Vereador de Major Vieira, Osnildo Ricardo da Cruz; senhor Vereador de Major Vieira, Silvio Kizema; senhor Vereador de Major Vieira, Laercio Sobczack; senhor Vereador de Major Vieira, Vicente Paulitisky; senhor Vereador de Major Vieira, Antônio Gonçalves de Almeida; senhor Comandante do 5º Grupamento de Polícia Militar do Município de Papanduva, Sargento Evanil Adão Riske; senhor presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Canoinhas, Edmilson Luiz Verka; senhor presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Papanduva, Miguel Iankovski; senhor presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Santa Terezinha, Nelson Felippi; senhor vice-presidente da Regional Norte da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Irineópolis, Francisco Eraldo Konkol; senhor vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Mafra, Leandro Arbibus; senhor secretário do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Mafra, Antônio Cidral da Costa, neste ato representando o senhor presidente João Romário Carvalho; senhora tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Papanduva, Denise Fernandes dos Santos Drozdem, neste ato representando a senhora presidente Cléa Pereira da Rocha; senhor assessor parlamentar, Alexandre Braggio, neste ato representando o gabinete do senhor Deputado Estadual Altair Silva; senhor assessor parlamentar Jaime Iankoski, neste ato representando o gabinete do Deputado Estadual Ivan Naatz; senhora tesoureira da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Dinaci Stocksneider, neste ato representando o senhor presidente, Walter Dresch; e senhora diretora do Departamento de Trânsito do Município de Papanduva, Aline Maria Schadeck.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Oscar Gutz, proponente desta audiência pública, para presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Primeiro quero agradecer a Deus, por estarmos todos aqui acompanhados por ele.

Eu quero agradecer também ao Presidente da Comissão de Agricultura Deputado Altair Silva, ele não pôde estar presente neste momento, mas temos aqui o representante dele, o Rotta, que é representante do Deputado Altair Silva, Presidente desta Comissão, a qual eu faço parte. Em Campos Novos ele estava, provavelmente nas outras ele vai acompanhar, mas hoje ele tinha compromisso agendado. *(Palmas.)*

(Cumprimenta todos os componentes da mesa e os demais presentes.)

Cumprimento e agradeço, também, à senhora Presidente da Câmara de Vereadores de Papanduva, Vereadora Sandra Aparecida da Silva, por ter cedido o espaço é muito importante para nós e para a nossa população, a Casa do povo sempre está à disposição das audiências e assim, sucessivamente, a quem ocupa, nós sabemos que vocês sempre cedem este espaço, muito obrigado.



Então, pessoal aqui quem tem mais que falar é a população, são os representantes dos órgãos competentes, mas primeiro quero aqui agradecer os Vereadores, as Vereadoras, os Prefeitos, os Vice-Prefeitos, todas as entidades, que aqui estão, e o nosso pessoal do agro, que é muito importante.

O que nós viemos fazer aqui hoje nesta audiência pública? Esta audiência pública não é para nós discutirmos com ninguém é para nós acharmos uma solução – por isso nós vamos ter cinco audiências públicas no Estado de Santa Catarina, como já foi mencionado aqui, esta aqui já é a segunda –, é para nós chegarmos a um consenso, junto com a PRF, com a Polícia Militar, mas principalmente, não são eles que vão resolver porque eles têm que obedecer leis, mas para nós fazermos, levamos isso para as Comissões de Agricultura e de Transporte, em nível federal e depois chegar ao Ministério por intermédio dos nossos Deputados Federais, para nós vermos se nós conseguimos mexer na lei, para nós podermos andar com nossos maquinários nas rodovias e nas SCs também que é muito importante. Nós soubemos que, às vezes, por causa de um ou dois dias, algum colono deixe de colher sua safra, porque depois que foi apreendido, que é obrigação deles também, eles têm que respeitar a legislação, e às vezes demora dois, três dias até que liberam, e aí chove, já passou do tempo da colheita e o coitado do agricultor perdeu sua safra. E é a mesma coisa no plantio, porque em muitos lugares nós não temos nem acostamento para andar, apesar de ser proibido andar, mas não temos nem acostamento, não tem um refúgio, não tem nada. Então, nós temos que chegar a uma conclusão, junto com os órgãos competentes, para nós termos, como nos Estados Unidos, onde respeitam as máquinas nas rodovias e como na Europa. Nós não queremos briga, nós queremos solução. Por isso, é muito importante as pessoas, quem não se inscreveu ainda, se inscreverem, o pessoal da Assembleia estará aqui para recolher as assinaturas para vocês se pronunciarem, ajudar dando ideias do que dá para melhorar, o que nós precisamos melhorar. Esse é o objetivo para nós fecharmos o nosso relatório depois da última audiência pública e nós mandarmos para Brasília. Na época do leite, nós fizemos quatro audiências públicas e deu um resultado muito bom. Apesar das quatro audiências públicas, que nós fizemos com o Deputado Altair Silva e outros Deputados, não é Rotta? Deu resultado, tanto no governo federal e agora com o governo estadual, que há pouco tempo, vocês viram, fez um decreto para quem importa leite. Vai tirar os incentivos e vai dar financiamento, vai investir R\$ 300 milhões. Então, valeu a pena nós lutarmos por isso.

Eu fui agricultor, ainda sou agricultor, eu tirei muito leite, eu plantei muito fumo. Então isso é da minha área e eu estou aqui para ajudar os agricultores a fazerem o melhor, mas, claro, sempre respeitando as leis, nós também temos que cuidar, porque nós não podemos provocar acidentes por não respeitarmos as leis, porque nós podemos nos incomodar muito mais e acho que nenhum de vocês, senhores e senhoras, querem isso, nós queremos uma solução.

Por isso está sendo realizada esta nossa audiência pública, fico muito feliz de ver esta Casa cheia, mostra interesse de que vocês também são a favor de fazer o melhor para o nosso Brasil, para o nosso Estado e para o nosso Município. [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca]

Quero deixar outro recado aqui, antes de passar a palavra, que toda a audiência esta sendo gravada, está sendo transmitida ao vivo e tudo fica registrado na Assembleia Legislativa. E aproveito para agradecer o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Mauro de Nadal, por sempre ceder os servidores da Casa para fazer esse belo trabalho, como o pessoal que fica registrando para a ata todas as nossas conversas, os pronunciamentos de vocês, até para nós termos mais força, pois é isso o que nós queremos.

Passo a palavra para o Prefeito de Papanduva, Jeferson Chupel. Vamos ser coerentes, justos, colocando bem as palavras, sem ofensa nenhuma.

O SR. PREFEITO JEFERSON CHUPEL (Papanduva/SC) – Inicialmente eu cumprimento o proponente da audiência, Deputado Oscar, e em seu nome cumprimento



todas as autoridades presentes, o Prefeito e presidente da Amplanorte, Lademir, e o Prefeito Emerson.

É uma satisfação muito grande receber toda essa população interessada neste assunto, porque nós sabemos, Deputado, que a agricultura – principalmente aqui em Papanduva, no nosso planalto norte catarinense – é a espinha dorsal da economia, e nós aqui sofremos na pele esse problema de cruzar uma rodovia federal e uma rodovia estadual. Claro que temos que fazer as coisas com coerência, mas principalmente temos que sair daqui com uma solução.

Eu acho que, diante de tantas expectativas que temos, esta audiência com certeza é o primeiro passo para nós chegarmos a um consenso e termos uma solução que não prejudique o trânsito nem o agricultor, porque como o Deputado bem falou, na agricultura nós não podemos perder tempo. Às vezes numa possível apreensão, depois de dois ou três dias chove, perde-se a época de colheita ou de plantio, e o nosso agricultor não pode sofrer isso.

Eu fico muito feliz de sediar aqui em Papanduva esta audiência e agradeço a sua iniciativa, Deputado, que é muito importante para os órgãos de fiscalização, principalmente para os nossos agricultores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Prefeito. É isso mesmo, estamos juntos para fazermos sempre o melhor.

Passo a palavra para a senhora Presidente da Câmara de Vereadores de Papanduva, Vereadora Sandra Aparecida da Silva.

A SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PAPANDUVA/SC (Vereadora Sandra Aparecida da Silva) – Boa noite a todos.

Quero cumprimentar as autoridades aqui já mencionadas e os demais que aqui se encontram, bem como aqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais. Sejam todos muito bem-vindos, é um prazer recebê-los nesta Casa de Leis.

Quero agradecer de uma maneira muito especial os Deputados responsáveis pela iniciativa de trazer esta audiência para o nosso Município: o Deputado Mauro de Nadal, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o Deputado Altair Silva, Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural; e o Deputado Oscar Gutz, proponente desta importante audiência, que tratará de um assunto de extrema importância para os agricultores, que é o trânsito de máquinas agrícolas nas rodovias federais e estaduais.

Nós sabemos, Deputado, das dificuldades que os agricultores enfrentam quando necessitam transitar com suas máquinas nas rodovias federais e estaduais. Muitas vezes são pequenos trechos e, mesmo assim, são proibidos, o que prejudica muito o trabalho do agricultor. Então, precisamos encontrar soluções urgentes para resolver esse problema.

Obrigada a todos que estão contribuindo para este debate e em nome dos demais Vereadores, eu coloco esta Casa de Leis à disposição para que juntos possamos ajudá-los.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Vereadora.

Passo a palavra para o Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Thiago Moura Furtado.

O SR. PROMOTOR THIAGO MOURA FURTADO – Boa noite.

Cumprimento as autoridades aqui presentes e fico de pé para cumprimentar todos os agricultores, todos os produtores rurais do nosso Município e da região, vocês são a maior força da economia brasileira e merecem todo respeito. E parabéns pela realização desta audiência, oportunidade para que vocês sejam ouvidos e que as necessidades de vocês sejam levadas à frente.

Não vou me estender muito, mas a posição do Ministério Público na noite de hoje é garantir que a audiência pública funcione como manda a lei e que vocês sejam



ouvidos e as suas necessidades sejam ouvidas, assim como também sejam ouvidas as autoridades de fiscalização de trânsito, a fim de garantirmos aqui a produção rural e o desenvolvimento agrícola do nosso Estado, assim como também a segurança nas rodovias.

Agradeço a todos aqui pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Promotor.

Passo a palavra para o senhor Jaerilson Huyer Klippel Junior, policial militar rodoviário federal de Mafra. Obrigado por ter vindo.

O SR. JAERILSON HUYSER KLIPPEL JUNIOR – Obrigado, Deputado.

Cumprimento o Deputado Oscar e as demais autoridades da mesa, cumprimento os cidadãos, a população, os agricultores da nossa região aqui do planalto norte.

Eu sou policial rodoviário federal há quinze anos, mas sou filho de agricultor e produtor rural e também atuo, quando tenho tempo, na produção rural. Então eu entendo bem a preocupação de vocês.

Eu vim aqui pela instituição, mas é uma demanda bem importante e tem que ser tratada. Eu também fiquei bem feliz, Deputado, até porque no ano passado, se não me engano, eu estive em Irineópolis, a pedido da Presidente da Câmara de Vereadores, que está aqui, assim como vejo outras pessoas também de Irineópolis, os produtores rurais, para tratar desse mesmo tema. E uma coisa que eu falava para eles é que eles tinham que se unir, tinham que conversar, tinham que acionar os entes políticos para poder ter mudança.

E audiência pública é isso, trabalhar devidamente o processo legal dessas mudanças, que é ouvindo o povo de uma maneira aberta, institucionalizada, ouvindo todas as partes, e isso está acontecendo. Então nós vamos conseguir, com certeza, chegar a um denominador comum que atenda às necessidades tanto dos usuários de rodovias quanto dos produtores rurais e de toda a população. O agro é a força deste país e não pode parar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado. Muito feliz pelas suas colocações.

Passo a palavra para o senhor Comandante da 4ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRV), de Joinville, Capitão Leandro Dirschnabel, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Aurélio José Pelozato da Rosa.

O SR. COMANDANTE CAPITÃO PM LEANDRO DIRSCHNABEL – Boa noite a todos.

Obrigado, Deputado, pelo convite. Os meus cumprimentos ao Prefeito; ao Presidente desta Casa; ao Ministério Público; à Polícia Rodoviária Federal; à sociedade civil; e aos agricultores.

Eu ratifico toda a fala do Ministério Público e dos senhores no sentido de que a força do agro é o que movimenta a nossa economia, seja regional, seja nacional.

Eu sou oriundo de Canoinhas, morei muito tempo lá e hoje trabalho em Joinville, e fico muito feliz em retornar a Papanduva, próximo da minha cidade, para debater com vocês e tentar construir uma vertente para melhorar o serviço de vocês, para fluir melhor.

Em nível de Polícia Militar Rodoviária, que é onde eu atuo, nós priorizamos a segurança viária nas rodovias estaduais, tanto dos senhores que estão conduzindo suas máquinas agrícolas e tratores, quanto do usuário, que está vindo às vezes numa velocidade de 80 quilômetros por hora, por exemplo, em algumas rodovias estaduais é esse o limite, e acaba às vezes se deparando com um trator transitando na rodovia.

Dentro do que a legislação prevê, a Polícia Militar Rodoviária atua blindada pela legislação, em resoluções e atualizações, então nós nos adaptamos ao próprio Código de Trânsito Brasileiro e essa adaptação se dá de maneira imediata, diária.



Então nós nos colocamos à disposição para ouvir os agricultores e tentar construir, da melhor forma, uma maneira de todos poderem trabalhar e garantir o sustento da sua casa.

Canoinhas tem um posto rodoviário e naquele local os agricultores, de maneira individual, os sindicatos, as cooperativas, podem procurar o posto para receber orientações referentes à parte de legislação, iluminação e equipamentos obrigatórios, que eu sei que é uma questão bem técnica, se utiliza ou não utiliza o Renagro, que é uma bandeira e que tem que estar registrado a partir de 2016 no Ministério da Agricultura.

Portanto, como Polícia Militar nós nos colocamos à disposição para ouvir vocês e para construir, Deputado, um caminho para que a economia continue se mantendo e garantindo a segurança viária, que é a nossa bandeira na Polícia Militar Rodoviária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Leandro.

Temos dois inscritos e quero dizer que o pessoal da Assembleia está aqui para fazer a inscrição de quem quiser falar, é só levantar a mão que eles vão até vocês para pegar o nome, então aproveitem esta oportunidade, que é única hoje aqui. A próxima audiência pública vai ser lá em Abelardo Luz, dia 24, outra no dia 28, em Sombrio, e a última no dia 7 de junho, em Ituporanga, e fica meio longe para vocês irem. Então aproveitem esta oportunidade no dia de hoje, pois é de muita valia para nós, junto com as autoridades, debatermos o que nós queremos, o que é melhor, e muitas vezes é uma coisa simples.

Esses dias, em uma audiência pública que nós tivemos lá em Campos Novos, um policial rodoviário federal, agora não lembro o nome dele, deu uma sugestão que, para mim, ficou muito clara: tem uns refúgios a cada 5 quilômetros, não é, que você está andando com a máquina, está com um batedor, mas você puxa uma fila de carros e caminhões atrás, então naquele momento sai para o refúgio, espera o trânsito maior passar e depois volta com os batedores. Foi uma sugestão muito boa, mas não quer dizer que essa sugestão tem que ser a única. Por isso que nós estamos todos aqui, principalmente nós, colonos, porque eu me considero, agora é a nossa hora de colocar as nossas sugestões, porque isso lá na frente vai nos ajudar e muito.

Então nós temos agora que explicar, sem timidez, sem vergonha, aqui tem bastante gente que eu vi de cooperativas e eu acho que é muito importante qualquer pessoa, Vereadores, Prefeitos, colonos, familiares, seja quem for, aproveitar este momento a fim de que possamos levar essas sugestões lá para Brasília.

Passo a palavra para o senhor Luiz Fernando Ávila de Oliveira, produtor rural de Papanduva.

O SR. LUIZ FERNANDO ÁVILA DE OLIVEIRA – Boa noite a todos.

É com imensa satisfação que venho aqui representar tantos amigos e vizinhos que seguem o mesmo ramo da agricultura. Sabemos que hoje é um evento, digamos assim, marcado para nós discutirmos um assunto importante e sobre ele estamos sofrendo ultimamente.

Creio que aqui todos me conhecem, houve um caso bem falado em dezembro do ano passado, quando tive dois tratores apreendidos. E venho dizer que está complicada a nossa lida. Como vamos deslocar o nosso maquinário se não pudermos nos deslocar por 1 quilômetro, 2 quilômetros, 3 quilômetros pela rodovia? Nós que dependemos de andar em beira de rodovia para plantar os nossos quadros, automaticamente precisamos nos deslocar, não tem como perder o dia desmontando um maquinário e colocar em cima de uma prancha, para ter que montar tudo de volta para plantar 5 hectares, 10 hectares e ter que mudar de novo. Então se torna uma coisa inviável.

Nós temos tanta perseguição política, questão de preço, questão de falta de recursos para nós, e temos mais essa dificuldade de deslocamento de uma lavoura para outra. Nós temos que ter uma ideia para tentar melhorar isso, para termos a



liberdade de poder trabalhar todo dia, acordar de manhã cedo e não ir com medo para o serviço.

Aqui estão os nossos companheiros policiais que têm que cumprir ordem, não são vocês que querem causar conflito, mas também precisamos refletir sobre o que podemos fazer para estar melhorando essa situação, porque desse jeito está complicado, sinceramente, pois estamos sendo tratados como bandidos. Nós temos que andar escondidos, nós temos que andar com medo para não sofrer o que eu sofri no ano passado. No mês que vem vou ter que responder a audiência, pagar multa da minha parte de dois salários-mínimos por causa disso, e mais dois salários-mínimos por causa do pai, então, sai caro. Um ano de safra ruim, todos aqui sabem que o ano foi complicado, o ano não foi bom e ter mais esses gastos com coisas, digamos, desnecessárias. Eu vou responder criminalmente por algo, e eu não tinha intenção de matar ninguém, eu só queria ir trabalhar, eu só queria mais um dia mudar os maquinários e continuar normalmente o nosso serviço. Mas fui impedido e foram apreendidos os maquinários.

Como você citou, essa é a época que nós estamos em colheita, muitos já terminaram, mas nós ainda temos o que colher. Há dois dias nós acabaríamos, ou hoje, digamos ontem, se eu não tivesse as máquinas apreendidas. Agora tem uma previsão de uma semana de chuva, a soja estraga, está tudo ardendo, já está tudo ruim. Se acontecer mais esse impedimento será prejuízo na certa. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Então, nós precisamos negociar e encontrar um sistema que nos permita ter liberdade para andar e receber ajuda ou até mesmo o auxílio de uma escolta policial para tornar nosso negócio viável novamente e possibilitar nossa liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Luiz Fernando.

Aproveitar para agradecer toda a imprensa, as rádios, que estão aqui e fazem um belo trabalho, isso é muito importante e ajuda bastante. Também agradeço a presença do Taffarel, que foi Vereador aqui no Município e hoje representa o governo estadual.

Então são situações, como o Luiz Fernando mencionou agora, que muitas vezes, realmente, acontecem que o proprietário tem um terreninho aqui, tem um vizinho no meio, mas o próximo já é dele também e às vezes é uma questão de 200 metros, de 300 metros, outras vezes de 600 metros, de 700 metros. E infelizmente os policiais têm que fazer o papel deles, pois são pagos para isso, e acontecer esse tipo de coisa é uma pena. Nós queremos chegar a um diálogo, mas tem que ser com a lei, porque senão também não podemos obrigá-los a proteger alguém se está fora dela.

Existe um consenso, sabemos disso, mas o que faremos no momento que acontecer algum acidente? Quando a coisa é proibida? Geralmente tentamos driblar, vamos de madrugada, vamos fora de hora para ninguém ver. Mas você imagina se ocorre um acidente, daí nós estamos mais lascados ainda, né? Pagar uma vida, alguma coisa.

Então, é uma situação que precisamos legalizar, esse é o objetivo, fazer um negócio para podermos andar tranquilos. A polícia vai passar por nós na rodovia e estaremos andando com a máquina, está tudo certo, porque teremos a lei [ao nosso lado] e eles não vão incomodar em nenhum momento, porque estaremos amparados pela lei. É isso o que queremos: chegar a um consenso com os órgãos públicos.

Vai fazer muita diferença se cada um de vocês aqui ajudar nas suas sugestões. São várias as sugestões com o horário especial para andar com a máquina, por exemplo, imaginem se nós, agricultores, sairmos às seis horas da manhã, com a máquina em uma BR ou em uma SC, outro sai às seis horas e trinta minutos depois outro sai às sete horas da manhã, estaremos atrapalhando muito o trânsito, então também tem que ter um horário para sair, isso é uma sugestão, mas fica livre aqui para cada um dar as suas sugestões. Precisamos estar cientes que a rodovia não foi feita só



para as máquinas andarem, ela foi feita para o trânsito, mas precisamos também usar ela para as nossas máquinas, porque não existem marginais ou condições de andarmos. Muitas vezes as Prefeituras também não conseguem fazer os acessos para andarmos com as máquinas nas beiradas das pistas ou mais longe, por dentro – o Município também não tem essa condição. Então, nós precisamos continuar trabalhando para conseguirmos fazer alguma coisa na lei.

Passo a palavra para o produtor rural de Irineópolis, senhor Élcio Tadeu Maydl.

O SR. ÉLCIO TADEU MAYDL – Cumprimento o nobre Deputado, as demais autoridades e os nossos colegas produtores rurais.

Nós tivemos uma reunião com o policial da PRF no mês de julho, ele nos orientou sobre algumas mudanças que tinham ocorrido, as quais foram implantadas em outubro de 2023 e iriam entrar em vigor em 2024.

Quero chamar a atenção de todos aqui, numa madrugada dessas com toda a preocupação que eu estava sentindo, acabei acordando às duas da manhã e fiquei pensando qual o tipo de herança que eu iria deixar para os meus filhos. Qual tipo de herança vocês, produtores rurais, irão deixar para os filhos de vocês se não modificarmos essa lei? Nossa geração tem pouco tempo ainda, mas nossos herdeiros irão continuar as nossas atividades. Precisamos conscientizar a sociedade de que tanto eles quanto nós, produtores rurais, dependemos da rodovia para andarmos em nossas áreas rurais e em nossas áreas de cultivo.

Precisamos fazer com que essa lei seja a mais sensata possível, que enquadre às dimensões que o maquinário tem atualmente, pois o maquinário de vinte anos atrás tinha determinadas medidas, os de dez anos atrás outras, e daqui para frente ainda terá mais evolução. A minha preocupação, como produtor rural e como pai de família, assim como a de vocês, que são pais e mães, qual herança nós iremos deixar se essa lei não mudar? A de não podermos sair na BR, de termos que fazer coisas erradas para poder defender o nosso sustento e a nossa produção.

Eu estava falando com o Leandro e disse a ele: nós temos um impasse, porque tenho áreas rurais nas margens da rodovia, mas quando era da minha família, dos meus avós, era apenas uma estrada de chão. Então veio a evolução na rodovia, mas não veio a evolução na lei e precisamos dessa evolução na lei também. Não podemos pensar da mesma forma que há quarenta anos ou cinquenta anos, temos que pensar nas próximas gerações, daqui a cem anos, aquelas áreas rurais que eu planto estarão produzindo, assim como as de vocês, e nossos sucessores assumirão esse compromisso. Tenho certeza de que eles produzirão alimentos para sustentar esta grande Nação e criarão divisas para este grande país, que é o nosso, e alimentar muita gente fora do país. O Brasil produz alimentos para mais de um bilhão de pessoas, praticamente um terço da população, logo, logo será sustentada pelo nosso país. Então, nós precisamos ter essa consciência.

Quero aqui deixar meu eterno agradecimento à Assembleia Legislativa e ao Deputado Oscar, que se dispõe a tratar deste assunto. Isso aqui foi sobre uma conversa que tivemos naquele julho passado, não estou lembrado o seu nome, Klippel? Ele disse assim: o agronegócio tem força. Faça, vão atrás. Também quero mencionar a Elenir, nós participamos de duas reuniões, uma em Porto União e outra em Irineópolis, sobre essa questão de orientação, porque atualmente, corremos o risco de sermos enquadrados no artigo nº 132 e respondermos um baita de um processo, porque não há uma lei que nos permita circular. Este ano começou tranquilo, parece que começou quente, porque tem excesso de peso nos caminhões, por causa das máquinas, mas nós não temos balança na lavoura para sair com o caminhão pesado dela, esse é outro problema. Então, saímos com o que dá, aproveitando ao máximo o dia de trabalho.

Eu gostaria de dizer a vocês todos que precisamos pensar nessa nova formulação da lei. Estou à disposição para passar um pouco do conhecimento que tenho, porque nós circulamos com máquinas agrícolas desde os anos de 1980, antes mesmo da BR-280 ser pavimentada. Portanto, nós temos experiência.



Também chamo a atenção dos produtores: quando formos sair na rodovia precisa ser com segurança, porque não queremos causar mal a ninguém, nem sermos responsabilizados por coisas que não somos os culpados.

Aqui está o Sidnei, criamos um grupo de WhatsApp de Major Vieira, e quem quiser participar dele entre em contato conosco para ser adicionado. Nós temos todas as informações que vêm chegando de tempo em tempo, é importante isso.

Então eu digo para vocês que precisamos fazer uma modificação na lei para não causar mal a ninguém e não trazer prejuízo a ninguém, como mencionou o Deputado, essa não é a nossa intenção.

Estou à disposição, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado pelas palavras, Élcio.

Vejam como foram importantes as palavras do Élcio. Lembro-me que fui eleito Prefeito em 2016 e assumi em 2017 na cidade de Pouso Redondo. Talvez aqui os terrenos sejam um pouco diferentes, pois isso muda um pouco a cada região. Sobre a questão das máquinas aumentarem e os produtores comprarem máquinas maiores é porque as coisas evoluíram, tem mais soja, as áreas são maiores, então os produtores compram máquinas maiores, tratores maiores. Para vocês terem uma ideia, quando eu fui Prefeito, nós tivemos que alargar as pontes, porque as máquinas ficaram maiores e não tinha como levá-las em uma plataforma de caminhão. Por que não tinha como? Porque havia muitos morros e do lado da estrada havia barrancos e tinha que alargar a estrada senão a plataforma também não passava. Chegou a um ponto que nem mesmo a máquina passava e foi necessário alargar a estrada, não era mais só a ponte. Se eu quisesse que meu Município fosse bem eu teria que ajudar os agricultores, então foram alargadas as pontes, foi colocado mais uma viga do lado, quando ela era de madeira e emendado as pranchas para os agricultores passarem. Naquela época, quando foi feito o asfalto, as máquinas eram menores e hoje são diferentes, as máquinas são grandes e por isso muitas vezes elas não passam no interior. Precisamos entender que são sugestões e que irão ajudar a todos nós.

Passo a palavra para o Vereador de Mafra, senhor Jonas Schultz. Ele também é dentista em Mafra, coisa boa, temos até dentista junto.

O SR. VEREADOR JONAS SCHULTZ (Mafra/SC) – Senhor Deputado, uma certeza é que eu, como Vereador, estou na boca do povo, não é? Dentista está na boca do povo.

Cumprimento o senhor Deputado, o Prefeito, a senhora Presidente da Câmara e todas as demais autoridades aqui presentes, especialmente todas as amigas agricultoras e todos os agricultores é por vocês que nós, autoridades, estamos aqui.

Há poucos dias tivemos a presença da PRF no Município de Mafra, e hoje a nossa Câmara de Vereadores de Mafra mudou sua sessão para cá. Agradecemos à Casa, a senhora Presidente da Câmara de Papanduva, Vereadora Sandra Aparecida da Silva, pela hospitalidade. Mafra está ao vivo, agora, assistindo a sessão aqui.

Eu gostaria de pontuar ao senhor que ontem comentei e trouxe os parabéns dos agricultores de Mafra, àqueles que não puderam se fazer presentes aqui. Solicito que o senhor leve isso à Comissão de Agricultura, que o senhor marque, não só por fotografias, mas que marque com uma visão fotográfica o quanto é importante sair de Florianópolis e vir ao encontro do povo para saber as reivindicações, principalmente nós, aqui do planalto norte, que vivemos da agricultura e precisamos que essa agricultura, no momento difícil, tenha apoio e tenha ajuda. É difícil para o agricultor perder uma noite de sono com medo de no outro dia encontrar com a PRF, encontrar com a Polícia Militar, porque vai precisar fazer, pois no momento em que for preciso ele colocar numa plataforma – todos estão precisando de plataforma – desmontar e montar a máquina significa um ou dois dias perdidos, e se chover, o prejuízo é ainda maior. Não podemos ter a mentalidade de que estamos ou de que temos a certeza, mas não



podemos conviver desta forma, de que estamos fazendo algo de errado. Temos que trabalhar no sentido de conscientização.

Achei as suas palavras maravilhosas, quando o senhor disse que estamos aqui para em conjunto com as polícias buscarmos uma solução. Esse é o ponto mais importante. Precisamos trabalhar no sentido de evidenciar aquele cidadão que está viajando e encontra o maquinário agrícola, para que ele não diga aos seus filhos: olha essa porcaria trancando a estrada (*palmas*), mas, sim, que ele diga: olha, que legal meu filho, se você tem comida na sua casa é por causa dessas pessoas que levantam cedo e têm que lutar e batalhar contra o tempo, contra os valores comerciais e ainda contra uma legislação que, infelizmente, em função do tamanho das máquinas, mudou e alterou.

Em conversa com um agricultor na tarde de ontem, numa festa que tinha, ele me disse: olha, nós estamos indo de madrugada – oh policial, você não escutou isso –, estamos colocando um caminhão atrás, com o alerta ligado, estamos colocando um giroflex na máquina, estamos colocando outro caminhão na frente com giroflex ligado e estamos indo fazer o serviço, porque se precisar de plataforma o custo é muito grande. Isso não deveria acontecer nesse momento, que como bem falou nosso amigo agricultor, de agricultura complicada e difícil, que não tem plataforma para todo mundo e não tem local para fazer pesagem.

Então, nós precisamos dar tranquilidade para aqueles que movem esse nosso país, para que eles tenham a certeza de que vão poder se deslocar, que irão poder plantar dos dois lados da rua, com o apoio da Polícia Rodoviária, com o apoio da Polícia Militar, com o apoio da Assembleia Legislativa, com o apoio dos Vereadores, para que esse país cada vez cresça mais. Se é algum determinado horário que nós precisamos flexibilizar, vamos trabalhar numa conscientização para que a população entenda que a máquina também precisa trafegar, porque eu tenho certeza que nenhum dos agricultores que está aqui irá desfilas com a sua máquina, por mais que compre uma máquina nova. Quando a máquina está na estrada é pela necessidade do trabalho, é pela necessidade de dar de comer para essa população, quer sejam aqueles que pensam que o maquinário está atrapalhando ou não. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Rafael José de Souza*]

Parabéns a vocês agricultores de Mafra e de toda a região que estão aqui. É assim mesmo, unidos é que nós vamos conseguir fazer mudanças. As leis existem, mas elas precisam se adaptar às suas necessidades. É para isso que existe Vereador, Prefeito, Deputado e Presidente da Câmara, para buscar o melhor para a população, porque estamos aqui para representar vocês.

Obrigado por terem vindo e contem conosco. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Vereador Jonas, muito bem colocado.

Nós ficamos felizes, não só Mafra, mas todo o planalto norte – eu recebi uma mensagem agora relatando que houve mais Câmaras de Vereadores que não fizeram suas sessões hoje para virem participar aqui conosco. Então é de interesse dos Vereadores e se eles estão fazendo isso é porque há o interessante em se criar um diálogo para algo acontecer para melhor. O maquinário agrícola se modernizou e nós precisamos desta tecnologia para trabalhar. Assim, as máquinas têm o direito de andar nas rodovias e na SC.

Agora, passo a palavra para o senhor Miguel Iankovski, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Papanduva.

O SR. MIGUEL IANKOVSKI – Eu queria primeiro cumprimentar as autoridades; os idealizadores da invenção de uma festa em prol de um futuro.

Eu sou produtor desde criança e nós nos criamos trabalhando somente com carroça e cavalo. Agora que o povo reforçou essa nova atividade, existe muita gente que ainda não pagou o trator e está pagando. Os anos estão pesados demais, a produção é muito pequena, mas nós estamos aguentando.



Agora, vem essa lei... para mim é uma lei louca, eu não concordo com isso. Os Estados Unidos são maiores do que o nosso Brasil, produz muito mais, e lá o trator tem liberdade, lá as máquinas andam na rua. E nós, aqui, em terrenos que muitas vezes não existe espaço para fazer a volta com a máquina; e estão nos propondo de parar com os tratores porque temos que transportar eles, não vai dar certo, não, porque antes de arrumar a forma de transportar os tratores em cima dos caminhões, temos que arrumar as estradas, principalmente as nossas estradas do interior, onde não encontramos dois caminhões na estrada, o caminhão para subir carregado tem que um trator puxar ele.

E onde nós estamos pedindo agora? Só por causa da cidade. Os tratores não estão matando ninguém! As máquinas não estão matando ninguém! Quem está matando são os filhinhos de papai, que andam com as motos que nem uns loucos; e os caminhoneiros, que não respeitam mais ninguém. E nós estamos aguentando quietos. Só que agora nós temos que abrir o olho também. Então, que essa turma que quer nos parar faça uma estrada paralela, de ponta a ponta no Município, para os tratores e as máquinas andarem. Desta forma talvez dê certo, diferente não dá! Nós não somos palhaços, somos trabalhadores e queremos ter esse direito aqui no Estado, que neste país se tenha os mesmos direitos que os americanos têm. Nós precisamos viver e produzir, porque só o Brasil e a Argentina têm espaço para expandir mais a lavoura. Os outros países já estão esgotados, mas ainda dá para andar com a máquina na rua. De que adianta falar em transportar a máquina agrícola no caminhão se o caminhão tem que ser puxado por um trator para poder sair da lavoura e chegar à estrada? (*Palmas*).

Eu quero dizer aos senhores e as nossas autoridades que transmitam para frente o seguinte: antes de multar o colono, arrume condições para ele andar numa estrada tem tantas ruas, então reservem uma só para nós, pois assim vai dar certo! Agora, pegar ligeirinho e: vamos multar, vamos multar, não. O que vocês fizeram para nós termos que respeitar, além de sermos multados em tudo? Onde é que está a estrada boa? Nós não temos estrada. Eu moro no interior e a estrada mais próxima da minha propriedade é mais velha que a BR-116, é a antiga estrada de tropa para o Rio Grande, e lá para um caminhão subir carregado tem que ir um trator puxando. Agora vão querer ainda colocar o trator em cima caminhão e assim vai tudo para a barroca.

Nós estamos numa situação feia, mas é fácil resolver, basta pensar um pouco naquele que construiu o Brasil, porque são os colonos que constroem o Brasil e que sustentam essa raça inteira, só que nós não temos uma palavra ativa. Para nós podermos falar é somente em uma ocasião como esta.

O Prefeito está aqui, mais de vinte vezes eu quis falar com ele, solicitei uma reunião com ele e não consegui. Hoje ele aceitou marcar, mas hoje não é dia não, Prefeito, hoje nós temos que pensar em outras coisas.

Então, gente, vamos nos unir e fazer que nem fizemos com o xisto. O xisto está parado. Vamos nos unir de novo, é mais uma etapa da nossa vida e do nosso trabalho pelo povo. Faz 25 anos que eu trabalho e temos aqui companheiros mais velhos ainda, mas são companheiros de viagem e tudo mais, tem Irineópolis, tem Santa Teresinha, tem o Mattos, em Major Vieira. Todos eles são produtores e eu garanto que todos eles pensam igual. Ou nós teremos uma estrada para os tratores ou então os políticos que comprem um *drone* que carregue 6 toneladas para cada um de nós. Assim, nós paramos com o trator e mandamos pelo *drone*, daí fica bom.

Então, gente, eu não vou me prolongar mais porque todo mundo quer falar. Muito obrigado por vocês que vieram e desculpem por às vezes eu falar demais, porém é preciso falar para o povo entender que o palhaço não é o colono, o colono é o produtor. E a respeito desse negócio de cercar um colono e multar, primeiro criem condições para ele poder transitar. Se não querem que nós passemos no asfalto, construam um viaduto, passamos por cima ou por baixo, mas nós precisamos trabalhar como trabalhávamos, sempre produzindo para sustentar milhões de bocas. Nós damos o alimento, mas estamos produzindo menos e o clima não está ajudando. Desse jeito



como vai, se for para nós pagarmos para aquele, para aquele e para aquele, nós estamos quebrados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Após todas as audiências públicas, vamos encaminhar todas as sugestões para a Comissão de Agricultura e de Transportes da Câmara dos Deputados, para o Ministério dos Transportes e para o Contran. Então, são muito importantes as sugestões de vocês, porque após as cinco audiências públicas nós iremos encaminhar tudo para Brasília para que tenhamos uma solução o mais rápido possível.

Passo a palavra para o senhor Antonio Cidral da Costa, do Sindicato Rural de Mafra.

O SR. ANTONIO CIDRAL DA COSTA – Primeiramente, quero cumprimentar o Deputado e todas as autoridades aqui presentes, quero também cumprimentar o seu Miguel, que acabou de falar, e através desse cumprimento cumprimentar todos os agricultores e agricultoras do nosso planalto norte.

Com relação a essa lei que nos proíbe de andar sobre a rodovia, com certeza tem que ser resolvida mesmo. Eu me esqueci de me apresentar, sou produtor rural e represento o sindicato rural, que é o setor mais importante da economia do Município de Mafra, tanto social como economicamente.

Eu tenho certeza de que muita gente trouxe sugestões e ideias para que essa lei consiga ser adaptada. Nós não somos contra a lei, mas queremos, sim, que ela seja ajustada e que nós possamos trabalhar. Como o seu Miguel falou que aqui em Papanduva passava a estrada das tropas. Esse mesmo itinerário passava por Augusta Vitória, Município de Mafra, passava próxima a minha residência e seguia pelo Município. No Município de Mafra, passava o rio e ia para o Paraná.

O caminho das tropas funcionou aqui por mais de duzentos anos em Mafra. Após o caminho das tropas, as carroças puxando mantimentos – meu avô era carroceiro e o transporte dele era de Mafra até Joinville. Era transporte de mercadoria, levava erva-mate, feijão; trazia pinga, banana lá de baixo, sal. Então, tem uma longa história.

E o que nós queremos, agora, não seria acabar ou dificultar para quem esteja transitando e sim que seja adequado. Eu tenho certeza de que tem condição de que isso aconteça. Eu ouvi umas reclamações de um produtor que estava ali do meu lado e que falou: como que vai transportar uma máquina em cima de uma prancha se lá em cima pega os fios de energia? Então, não está adaptado para isso. E isso é muito difícil mesmo, pega lá em cima os fios e não tem como transportar, pois há essa grande dificuldade.

Nossa família tem propriedade dos dois lados da BR-116, o Município de Mafra é cortado por duas rodovias federais, a 116 e a 280. Então, eu acredito também que nós podemos buscar caminhos alternativos por dentro do Município escapando da BR, para não precisar rodar na BR, porque nós sabemos que é perigoso; é necessário muitas vezes, mas é perigoso. Eu acredito que, em nível de Município, nós consigamos ter uma lei municipal e cada Município poder legislar da melhor forma possível, isso porque cada Município tem uma forma diferenciada do outro. Então seria isso que eu tinha de ideia.

Tenho certeza que, com essa força aqui nesta audiência pública, vai ter uma reviravolta na questão dos transportes da nossa agricultura. Isso depois de haver uma lei bem fundamentada que possa atender a quem está transitando na BR e que possa também atender nós, produtores, para que nós consigamos levar nossas mercadorias, levar nossas máquinas de uma lavoura para a outra. A nossa região é formada de pequenos produtores e com isso ficou mais complicado ainda, porque tem lavoura em tudo quanto é canto.



Fico muito agradecido pela compreensão de todos e também agradeço ao Deputado pela presença e à Câmara de Vereadores por sediar esse momento muito importante para o agro.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, seu Antonio. Acho que está ficando bom, porque todo mundo está criando coragem e se pronunciando, acho que cada sugestão é muito válida, é por aí o caminho.

Passo a palavra para o senhor Francisco Eraldo Konkol, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Irineópolis.

O SR. FRANCISCO ERALDO KONKOL – Boa noite a todos. Boa noite, Deputado Oscar, em nome do senhor cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Eu sou presidente do Sindicato Rural do meu Município, do Município de Iriepópolis, também sou vice-presidente da Regional Norte da Federação de Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, a Faesc. Estou aqui hoje a pedido do nosso presidente, seu José Zeferino Pedrozo, para que possamos também demonstrar que nós estamos preocupados com essa situação e precisamos mudar isso. Quero cumprimentar os presidentes dos sindicatos rurais aqui da nossa regional, estão aqui o Mattos, está lá o Cidral, que se apresentou agora há pouco; o senhor Miguel também, que falou muito bem do seu jeito simples, mas do jeito de um agricultor falar; e também o nosso amigo lá de Santa Terezinha, o Felipe, que também está presente.

Deputado, o que nós precisamos? Nós precisamos da autorização. Autorização para quê? Para andar na rodovia. Por que nós precisamos dessa autorização de a lei mudar? Porque eu acho que nós seremos respeitados também na rodovia, porque agora nós não temos respeito pelos outros, como foi comentado aqui: Poxa, esse cara está atrapalhando aí na frente, eu não tenho paciência de esperar uma máquina que anda devagar. Nós, quando paramos atrás de uma carreta dessas aí, que estão puxando madeira há vinte, quinze, dez por hora numa subida, nós vamos lá, certinhos, atrás. Vem uma carreta também, então para atrás dela, vai devagarzinho e ninguém poda ela. Agora, se tiver uma máquina agrícola, todo mundo quer podar, as carretas vêm e querem podar, vêm os carros e querem podar, então nós precisamos de autorização para andar bem, porque se nós tivermos autorização a própria Polícia, ao invés de nos multar, vai nos ajudar, vai nos assessorar e é o que deve ser feito nesse momento. [*Transcrição: Eduardo Luiz Adami da Silva / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Dulce Maria da Costa Faria*]

Nós não andamos o ano inteiro, andamos em alguns momentos, na época da colheita, na época do plantio, são nesses momentos que nós andamos e precisamos dessa autorização para andar. Existem várias situações que têm autorização especial para andar no trânsito, não é? Por que nós não podemos ter? Temos que ter essa autorização, precisamos mudar essa lei.

Há alguns dias teve a consulta pública do Ministério dos Transportes para mudar o Contran, fazer a nova resolução. Acredito que muitos dos produtores aqui presentes tenham acessado isso, embora foi uma dificuldade muito grande acessar, Deputado, eu mesmo fui acessar e tive que colocar a minha senha do gov.br, mais isso e mais aquilo para poder acessar e deixar a minha sugestão. Vocês acham que os produtores têm condições de acessar essas coisas para poder deixar a sugestão deles? Tem que fazer as coisas um pouco mais fáceis também, quando vão mudar uma lei, tem que facilitar, tem que trazer o debate aqui para podermos dar a nossa opinião, do nosso jeito simples e dentro daquilo que está acontecendo aqui, onde acontecem as coisas. Naquela consulta eu tenho certeza de que houve poucas opiniões, houve poucas sugestões por causa disso. Muitos produtores procuraram o sindicato para poder dar a sua opinião, porque eles não sabiam acessar a consulta pública do Contran.

Então, Deputado, eu quero deixar aqui para o senhor e quero que o senhor passe isso para os Deputados Federais também, porque a lei tem que ser mudada lá



em cima para poder valer para nós aqui, valer para o país todo, é preciso fazer as coisas de um modo mais simples. É isso que eu quero deixar aqui. E qual é a mensagem da nossa organização sindical, do nosso sistema sindical? Vamos melhorar a lei, que a lei nos autorize de uma forma correta e que nós possamos andar com tranquilidade. Nós sabemos que precisamos cumprir a lei, sabemos que precisamos cumprir aquilo que for determinado, mas que seja uma lei que nos deixe andar.

Eu moro na beira da BR e tenho vários problemas, até já corri um risco bem complicado ao transitar um quilômetro na BR. E por quê? Porque o pessoal não respeita, porque nós não somos autorizados a andar.

Então, Deputado, fica aqui a minha opinião. Vamos trabalhar nisso, somos parceiros, a nossa federação é parceira, o nosso sindicato é parceiro para ajudar nessa construção. Estamos à disposição de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Passo a palavra para o senhor Jaime Iankoski, assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete do Deputado Estadual Ivan Naatz.

O SR. JAIME IANKOSKI – Deputado Oscar, muito obrigado pelo senhor estar hoje em Papanduva fazendo esta mega audiência pública.

Nós, agricultores, estamos muito contentes de hoje ver tantas pessoas do bem envolvidas em nos salvar. Quero agradecer a todos vocês que vieram hoje. Eu sou ex-Prefeito e hoje sou assessor do Deputado Ivan Naatz e estou muito contente de ver a nossa sala cheia, policial rodoviário, pessoas do bem, porque nós estamos precisando de ajuda, de clemência. Hoje, Deputado, quando nós saímos para colher a nossa soja, para plantar a nossa soja, estamos correndo com medo. Quando vemos um carro da Polícia Rodoviária, todo agricultor se sente a pessoa mais inútil da terra neste país e nós não podemos nos sentir assim.

Então, a minha sugestão, Deputado, depois desta audiência pública e das outras quatro, é muito simples: nós precisamos que vocês, policiais rodoviários, liberem o batedor, um batedor na frente, outro batedor atrás e a máquina ligada com o giroflex, nos lugares onde Prefeitura e as pessoas de bem conseguem fazer nas marginais; e onde não dá, nós mesmos cuidamos, porque a Polícia Rodoviária não consegue transitar em todos os lugares com tantos agricultores que existem hoje. Se nós pegarmos aqui, todos os agricultores têm propriedades que ficam longe uma da outra 20 hectares, 30 hectares, 100 hectares.

Então, o que nós precisamos, Deputado, é que o senhor coloque nesta nossa audiência o principal, que é o batedor. Nós mesmos vamos fazer a nossa parte. Vai a máquina com um carro na frente bem sinalizado e outro carro atrás bem sinalizado. Eu acho, pessoal, que é a única alternativa que nós temos. Não adianta nós estarmos, às vezes, inventando modo, porque não tem como. Onde tem marginal, nós vamos com as nossas máquinas, mas onde não tem marginal, é o batedor. Então, eu acho que essa é a vontade de todos os agricultores.

Outra coisa que eu escutei aqui hoje, de agricultores, é que as cidades prosperaram, cresceram e as estradas aumentaram. Se nós carregarmos as nossas máquinas, que são altas, em carretas, nós vamos arrancar todas as fiações das BRs e do Município. Então, é outra coisa para se pensar, mas eu acho que o principal, se nós formos perguntar para todos os agricultores que estão aqui, hoje, o essencial é o batedor. Um batedor 100 metros na frente da máquina, outro batedor 100 metros atrás, com boa sinalização, e a máquina com o giroflex ligado. Eu acho que isso será a salvação da agricultura.

E que bom que nós estamos todos juntos, irmanados, agricultores, policiais, Promotor. É muito importante, Deputado, essa nossa união. O Brasil precisa se unir, ser parceiro do povo, não adianta nós falarmos mal um do outro, criticar. É como vocês falaram, às vezes está passando uma pessoa, um agricultor com a plantadeira, e falam: “Esse coitado está atrapalhando.” Não, nós estamos produzindo, estamos fazendo de



tudo para que este Brasil prospere. É um Brasil de 220 milhões de pessoas que querem se alimentar. O mundo precisa comer e nós queremos trabalhar. Só que nós precisamos que todos trabalhem juntos: a Justiça, os agricultores, o Estado, o âmbito federal, porque com todos unidos eu tenho certeza de que vai dar tudo certo.

Um grande abraço para vocês. Muito obrigado, agricultores, por vocês estarem presentes nesta audiência pública, é de grande valia nós estarmos aqui representando o agronegócio. E às autoridades que estão aqui presentes, o meu muito-obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor Jucelino Wojciechowski, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Major Vieira.

O SR. JUCELINO WOJCIECHOVSKI – Boa noite a todos. Quero cumprimentar aqui o nosso Deputado Oscar, pela iniciativa que teve e pela coragem de fazer audiências por todo o Estado de Santa Catarina. Cumprimento também o Prefeito, a Sandra, Presidente da Câmara, e as demais autoridades aqui presentes.

Eu estou aqui representando a Astramate, que é a Associação dos Sindicatos da Região da Erva-Mate, na pessoa do seu Camilo, de Mafra, que é o presidente desta associação. Estou falando, então, em nome de todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da nossa região, porque é a chamada agricultura familiar que hoje é responsável por 70% do alimento que vai para a mesa de todos os brasileiros e que é exportado também.

Quero dizer também que, no meu ponto de vista, talvez não precisássemos estar aqui reunidos discutindo uma lei que surgiu lá de cima, que foi feita de cima para baixo, sem uma discussão igual a esta que estamos tendo hoje. Foram os Deputados Federais que fizeram a lei, mas baseados no quê? No Mato Grosso? Em outros lugares, onde uma máquina precisa andar 50 quilômetros, 100 quilômetros pela rodovia, diferente da nossa realidade aqui, em que o agricultor às vezes precisa só atravessar a rodovia ou andar cem metros, entrar em uma entradinha e ir para a sua lavoura. Nós não temos condições de carregar uma máquina em cima de um caminhão e transportar, pois isso se torna muito caro, o que já ficou bem claro, e desmontar muito menos. Então, é importante essa discussão.

Mas quero aqui reforçar também que muitas vezes, como eu já disse, a lei é feita de cima para baixo e sem um amplo conhecimento. E aí está o valor de nós termos representantes políticos que conheçam a nossa realidade e que conheçam a agricultura, porque a agricultura é o carro-chefe deste país e, sendo assim, tem que ser respeitada e tem que ser bem representada.

Às vezes eu sou um pouco crítico. Nós temos uma rodovia aqui, a SC-477, que por dez anos causou muito prejuízo aos que por ela transitavam, como a quebra de carros e até mesmo a perda de vidas. E numa oportunidade eu vi uma placa em que estava escrito assim: Cuidado! Rodovia irregular. E eu critiquei isso publicamente. Se deixarmos de pagar o imposto do nosso carro e colocarmos uma placa lá dizendo “carro irregular”, o que vai acontecer? A polícia vai lá e prende o carro, e com razão. E porque leva dez anos para um governo ver que precisa arrumar uma estrada com tantos buracos como os que existiam ali? Agora, sim, estão arrumando, está sendo revitalizada, está sendo feita, inclusive não tinha nem acostamento. Então, são coisas que nós, agricultores, e o povo em geral, temos que falar mais, que criticar e que pedir.

E que bom que nós temos Deputados e autoridades comprometidos e interessados em nos ajudar, porque precisamos achar, sim, sem dúvida nenhuma, uma alternativa, uma solução para isso.

Muito obrigado e boa noite a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Jucelino, esse é o nosso dever, vocês nos pagam para representar o povo. Até porque nós somos do agro, então sempre estaremos juntos. Quando você fala da SC-477, há trinta anos eu já passava por ali, indo de Bela Vista do Toldo para Pouso Redondo, com os caminhões



carregados com toras, e já tinha buracos e eles eram apenas remendados. E agora realmente vai ser feito um serviço bom. Parabéns ao Governador e que ele possa continuar a usar esse dinheiro dos impostos do povo na hora certa, no lugar certo e fazer acontecer. Esse é o nosso desejo.

Passo a palavra para o senhor Lademir Fernando Arcari, Prefeito de Irineópolis.

O SR. PREFEITO LADEMIR FERNANDO ARCARI (Irineópolis/SC) – Boa noite, Deputado Oscar. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa, acho que é muito importante nós percebemos que os agricultores estão aqui hoje porque eles precisam que algo seja feito. Então, parabéns pela iniciativa. Quero cumprimentar o nosso Prefeito Jeferson e a Vereadora Sandra, Presidente da Câmara, obrigado por cederem o espaço, cumprimentar as demais autoridades aqui presentes na platéia e, principalmente, os nossos agricultores que estão aqui e que esperam respostas de nós, que fazemos parte da estrutura governamental.

Eu quero trazer duas sugestões práticas, sugestões que nós fizemos dentro da consulta pública do Ministério dos Transportes e que, na minha opinião, talvez o Eraldo tenha sido feliz ao comentar, a dificuldade de acessar essa consulta foi um pouquinho grande, foi uma oportunidade que eu acredito ter sido desperdiçada pela baixa adesão de propostas apresentadas dentro da consulta pública, mas eu acho que essas audiências vêm para suprir isso. Então, é muito importante essa sua iniciativa.

A primeira proposta que nós colocamos lá e que eu acho importante – e pelo jeito já foi comentada em outra audiência porque o senhor já falou a respeito – é a questão dos horários para trânsitar nas BRs e SCs, nós criarmos, dentro da legislação federal e, se for o caso, dentro da legislação estadual também, horários que sejam prioritários para o trânsito de máquinas agrícolas. E onde isso? Em todas as rodovias? Não necessariamente, mas nas rodovias das regiões onde o forte da economia, onde a mola propulsora da economia seja o agronegócio.

No planalto norte, o que é que faz a economia pulsar? O que é que faz a economia andar para frente? É o agronegócio. Então por que, nas épocas de plantio, de tratamento e de colheita, não ter um trânsito prioritário para as máquinas agrícolas? Teria que estabelecer um horário, não dá para ser em todos os horários também, estabelecer um horário pela manhã, um horário à tarde e sinalizar essas rodovias muito bem sinalizadas, claro, dentro de toda a segurança, porque as máquinas que saem nas rodovias têm que ter um mínimo de segurança, de informação, de sinalizadores que garantam que os outros usuários da via não venham a ser prejudicados, mas que se estabeleça como prioridade o trânsito de máquinas agrícolas. E não estou falando somente dos tratores, hoje temos tratores de grande tamanho, mas nós temos também os autopropelidos e as colheitadeiras, que hoje estão quase com o mesmo tamanho da rodovia, em largura, mas cada um respeitando, cada um utilizando só a sua pista, e aí tem que ter um acostamento bom. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

E o segundo ponto, que também é uma sugestão que acabamos fazendo dentro da consulta pública, é a questão das marginais dentro das BRs, das SCs e, se for o caso, dentro das rodovias municipais. Que cada ente, onde é rodovia federal, o DNIT, onde é rodovia estadual, a Secretaria de Estado da Infraestrutura – se encarregue de fazer as rodovias marginais. E qual é a missão da Prefeitura, ela está livre disso? Não, a Prefeitura teria que fazer a interligação. Nós estávamos conversando há algum tempo com o presidente [do Sindicato dos Produtores Rurais de Irineópolis], Eraldo, que tem uma sugestão de trânsito que sai da BR-280, atravessa a propriedade dele e vai sair no Campo do Meio, que é uma comunidade do interior. Então, a Prefeitura se organizaria e faria essas vias que permitiriam a máquina chegar até a rodovia sem ter que transitar pelo meio da lavoura dos outros produtores, até porque muitas vezes a colheita ainda está por ser feita e tem que passar por cima, então, que se crie essa condição.

Essas são as duas sugestões que eu trago e acredito que ambas podem ser importantes se forem adotadas. Estamos à disposição para ajudar naquilo que for



preciso, dentro das condições do Município, mas pedimos que efetivamente ocorra uma mudança para que o nosso produtor não continue sendo prejudicado.

Muito obrigado pela oportunidade e um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Prefeito.

Passo a palavra para o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Major Vieira, senhor João Francisco de Mattos.

O SR. JOÃO FRANCISCO MATTOS – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento o nobre Deputado, o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara, e as demais autoridades que estão aqui presentes.

Eu sou engenheiro agrônomo e produtor rural e vivo na agricultura, no planalto norte, desde 1970, quando comecei como engenheiro agrônomo nessa região.

Eu não vou repetir aquilo que já foi relatado aqui, até porque o que nós precisamos nessa área de trabalho com as máquinas, a nossa Federação, através do presidente José Zeferino Pedrozo, como o Eraldo mencionou, em representação dos produtores rurais de Santa Catarina, já está pressionando as autoridades para que se modifique a lei. Não adianta nós discutirmos se não mudarmos a lei. O Conatran já tem a decisão tomada, já está aprovada, mas como foi colocado aqui, as coisas foram feitas sem consultar as pessoas, sem consultar os interessados.

Eu quero cumprimentar a Assembléia Legislativa, o Presidente Nadal, o nobre Deputado Oscar e os demais Deputados, por promoverem esses encontros e fazerem ouvir a voz dos produtores rurais. Nós, produtores rurais, como já falou o presidente do Sindicato de Papanduva, senhor Miguel, acompanhamos tudo o que acontece no dia a dia no meio rural, nos levantamos cedo e dormimos tarde. Então, aquilo que nós produzimos, aquela ação de desenvolvimento que estamos fazendo dentro dos Municípios não pode ser ameaçada por uma lei que não foi discutida e analisada pelas pessoas que são protagonistas dessa situação.

Cumprimento a Assembleia Legislativa, hoje aqui representada pelo Deputado Oscar, por trazer até nós, trazer aqui nesta Câmara de Vereadores, a oportunidade de expressarmos o nosso sentimento de dor e de preocupação em produzir. O Brasil inteiro, o mundo inteiro deseja que, no nosso dia a dia, nós aumentemos cada vez mais a produção, mas as barreiras que o produtor rural tem são muito grandes.

O senhor relatou aqui que também já foi produtor rural e eu respeito a Polícia Federal, mas há a necessidade de que todos os órgãos entrem juntos nessa discussão e que tenhamos um caminho em comum. Muitas propostas foram feitas aqui e muitas propostas se farão em outros locais onde haverá audiência pública. Entretanto, é preciso que cada Deputado e que cada Senador – porque isso vai a nível federal – tenha consciência de que o produtor rural é a mola propulsora do desenvolvimento deste país. Somos um país que está produzindo para o mundo todo, no dia a dia, do levantar ao deitar, o produtor gera alimento para o mundo. Este é o espírito do nosso agricultor, como disse o Eraldo, e quero cumprimentar o seu Miguel, meu amigo, que na sua simplicidade, colocou as coisas aqui muito corretamente.

Nós, produtores rurais, fazemos a coisa andar lá na propriedade. O espírito que nós temos que pregar, todos os agricultores aqui presentes, é que as autoridades, os Deputados, nossos representantes, realmente assumam esse papel, peguem essa bandeira e façam com que se resolva esse problema do trânsito das máquinas nas estradas federais e estaduais. E também temos que ver a questão do Município, Prefeito, porque se a moda pega lá em cima, ela vem até embaixo, então temos que começar com a Câmara Federal, mas também em nível de Município.

Eu acho que o Prefeito de Irineópolis colocou muito bem as sugestões de ter dentro do Município esses ramais, para que se ligue essa rodovia federal às rodovias municipais e estaduais e, talvez, com um projeto, um plano para andar com as máquinas em determinados horários e em determinadas condições.

Então, isso é o que eu queria trazer do Sindicato de Produtores Rurais de Major Vieira. Em Major Vieira passa a SC-477, mas nós temos muitos produtores de lá que



plantam em Irineópolis, em Canoinhas, em Mafra e há também os que têm áreas contíguas, que precisam de 10 quilômetros, de 5 quilômetros, de 20 quilômetros para usar a sua máquina e chegar na sua lavoura e eles estão sendo impedidos de fazer isso.

Muito obrigado e meus parabéns pela audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado pelas suas palavras, João.

Passo a palavra para a diretora do Departamento de Trânsito do Município de Papanduva, senhora Aline Maria Schadeck.

A SRA. ALINE MARIA SCHADECK – Boa noite a todos. Falarei sobre algumas coisas bem pontuais.

Eu moro na SC-477, que vai no sentido de Itaiópolis, então venho todos os dias pela manhã e vou embora à tarde. E o que nós precisamos? Veremos e seremos vistos, desde o maquinário maior até um tratorzinho pequenininho. Penso que deveríamos acrescentar nessa lei o uso de um dispositivo luminoso, um giroflex, alguma coisa nesse sentido, porque um trator pequeno não vai andar com batedor para vir para a cidade, aqui em Papanduva tem muito agricultor que vem com o trator para a cidade para buscar umas coisinhas, isso e aquilo. E vai entrar essa regra do horário e nós temos que pensar nos pequenos também, em como será isso.

A respeito da autorização, nós sabemos que a nossa PRF mais próxima é em Mafra e a Estadual é em Canoinhas, não é? Ah, eu vou colher hoje, terei que ir a Canoinhas fazer uma autorização? Nós temos que pensar em todos esses pontos, porque na prática, no dia a dia de quem está colhendo, é bem diferente, sempre que tiver que tirar uma autorização o produtor terá que ir para Canoinhas?

Outra coisa é o batedor, eu acho que o batedor deveria ser o carro do próprio agricultor, que já está ali na mão, é mais rápido para ir e voltar.

Eu iria falar das (*inaudível*), mas todo mundo já falou. E sobre os recuos também, porque eu acho que é uma coisa muito boa, que iria funcionar muito bem.

Essa é a minha sugestão para hoje. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado pelas suas palavras, foi muito bem colocada a sugestão.

Passo a palavra para a tesoureira da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), senhora Dinaci Stocksneider, neste ato representando o senhor presidente da Fetaesc, Walter Dresch.

A SRA. DINACI STOCKSCHNEIDER – Boa noite, senhor Deputado e autoridades presentes.

Eu estou aqui hoje representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. Nós, como Fetaesc, senhor Deputado, estamos bastante preocupados com essa lei. Entendemos que é uma lei, tem que ser cumprida, mas precisamos mudar a legislação e adequar às nossas condições, às condições dos nossos agricultores. Como o agricultor mencionou, é complicado, temos que ter uma lei que ajude e não que atrapalhe o agricultor, como está acontecendo agora. Nós precisamos de uma discussão urgente que trate dessas mudanças para facilitar a vida do agricultor.

Então, como Fetaesc, nós estamos bem preocupados com isso e esperamos que depois desta assembléia venham resultados positivos para o agricultor.

Seria isso, obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) - Obrigado pelas suas palavras.

Agora chamamos o Gilmar Martins, de Canoinhas, aquela terra boa! O Planalto veio com tudo hoje, que coisa boa, o Planalto é unido, não é? Que bom!

Passo a palavra para o Vereador Gilmar Martins, de Canoinhas.

O SR. VEREADOR GILMAR MARTINS (Canoinhas/SC) – Quero aqui cumprimentar o Deputado Oscar, o Prefeito e a Vereadora, e em seus nomes, todas as



autoridades. E em especial, quero cumprimentar cada agricultor e agricultora que se faz presente no dia de hoje. Agradeço pelo incentivo para estarmos aqui hoje, nesta audiência pública, à disposição da Assembleia Legislativa e de seus colaboradores.

Várias pessoas que me antecederam aqui já falaram, mas quero lembrar que as autoridades policiais federais e estaduais cumprem os seus deveres, seguem a lei. Sabemos que o bom senso é importante na vida de cada um, mas como eles trabalham pela segurança do trânsito, pela segurança da vida de cada um, eles não podem se omitir, olhar, ver e fingir que não enxergam.

Sabemos que os nossos agricultores são todos grandes empresários a céu aberto e têm que contar com o clima, com o tempo para fazer os investimentos e plantar as suas lavouras, têm que torcer para que não chova demais e também para que não falte chuva. É um investimento a céu aberto, então eles têm que pedir a Deus para que os ajude.

Mas o que fazer neste momento, por meio desta audiência pública e das outras que serão realizadas? A discussão do melhor caminho, dar as melhores sugestões para que se tenha segurança no trânsito, para que o produtor, aquele que produz o alimento para o País e gera economia no agronegócio, não venha a sofrer consequências por transitar às vezes 5 quilômetros, no máximo 10 quilômetros. Na nossa região de Canoinhas temos produtor rural que precisa dar uma volta bem grande para poder atravessar um trecho de 500 metros da BR-280 e se nesses 500 metros ele for visto, pode ser autuado, multado e ter a sua máquina apreendida.

A solução, Deputado Oscar, é que os demais Deputados da Assembleia Legislativa – os 39 que não estão aqui, mas que têm representantes – abracem esta causa e que os 16 Deputados Federais de Santa Catarina possam estudar e fazer a revisão desta lei. As autoridades têm que cumprir as leis e os agricultores, os produtores precisam trabalhar e ninguém pode ser punido por isso.

Então eu venho aqui, sou Vereador da cidade de Canoinhas, mas trabalhei em torno de 20 anos na agricultura, como empregado, sei o que é o trabalho da agricultura, e como representante do povo e dos agricultores de Canoinhas e de todos os agricultores do Estado de Santa Catarina e daqueles que se fazem presentes aqui, venho pedir para que os nossos políticos superiores, Deputados como vossa excelência que está aqui, levem adiante, aos Deputados Federais, à Secretaria da Agricultura do Estado, para que se manifestem para que tenhamos uma mudança, uma revisão desta lei e que todos possam trabalhar com segurança e também sem prejuízos. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Aqui eu ouvi falar sobre as estradas municipais, essa lei também fala sobre as estradas municipais. As máquinas com até 3,20 metros de largura são facultadas e, além disso, constam na lei também.

Eu quero aqui fazer menção ao Prefeito de Irineópolis, eu conheço parte do Município e as estradas de lá são muito melhores do que as estradas do meu Município, elas têm a largura adequada – hoje tem uma lei que prevê a largura das estradas municipais – enquanto as larguras das estradas do Município de Canoinhas não estão adequadas. O agricultor terá que carregar as suas máquinas numa prancha para andar 2 quilômetros, 4 quilômetros, 5 quilômetros dentro das estradas rurais, mas não há como, da mesma forma que não existem pranchas rodoviárias adequadas. Quando os agricultores conseguirem locar as pranchas no momento de plantio e no momento de colheita? Nunca, eles perderão a safra e o tempo de colher e não dará certo. Então, o que temos que fazer? Revisão da lei. A única opção é uma revisão da lei.

Deputado, agradeço pelo incentivo, por esta audiência pública, creio que o senhor levará adiante e que os demais Municípios terão a mesma visão deste povo que está aqui. Espero que os órgãos responsáveis e os nossos Deputados possam lutar e revisar essa lei e que todos possamos ganhar com isso.

Uma boa noite a todos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Vereador Gilmar.

Passo a palavra para o Vereador Jonas Heide, de Mafra.

O SR. VEREADOR JONAS HEIDE (Mafra/SC) – Boa noite a todos e a todas.

Deputado Oscar Gutz, cumprimento o senhor e todos os mandatários e as autoridades presentes nesta audiência pública.

Nós, do Município de Mafra, fomos a primeira Câmara de Vereadores, acredito que do Estado, a convocar um diretor superintendente da Polícia Rodoviária Federal para dar conta das ações que vem sendo desempenhadas ao longo da BR-116 – mais uma vez frisando que o Município de Mafra é cortado por duas rodovias, a rodovia BR-116 e a BR-280.

Como todos explanaram aqui, essa é uma questão que transcende o delegado regional ou o superintendente regional ou mesmo a questão da legislação federal. E, Deputado, não fazendo graça, eu acredito que a pessoa que elaborou essa legislação ou que deu o pontapé inicial, se ver uma colheitadeira vai achar que é um dinossauro, porque ela destoa totalmente da nossa realidade e da nossa região.

Fiz duras críticas à atuação da Polícia Rodoviária Federal e faço-as novamente. Acho que a lei tem que ser aplicada, mas o bom senso tem que imperar, tem que estar em primeiro lugar. Ninguém está pedindo para as autoridades prevaricarem. O que eu pedi, nos meus pronunciamentos na Câmara de Vereadores, foi que as autoridades se colocassem no lugar das pessoas que estão sofrendo com sanções pesadas, com multas, como esse jovem que fez o relato. Nós não estamos falando da agricultura, estamos falando do êxodo rural, estamos falando da alimentação de boa parte da população mundial.

Os agricultores estão sentindo medo de sair nas rodovias e se vêem um carro da polícia rodoviária, Deputado, é um bicho de sete cabeças. Os órgãos estatais precisam ser parceiros da população, ninguém quer o embate e nem ter as instituições como inimigas. Ninguém precisa ter medo da polícia, nem ter medo do Promotor que promove a justiça, nem precisa ter medo do Prefeito e do Deputado. No meu entender, está faltando um pouco de bom senso. Não sou o dono da verdade, tenho certeza que não, pode ser que eu esteja errado e tenho quase certeza disso, em muitos pontos.

Quero agradecer ao Deputado pela iniciativa e dizer que muito se falou aqui das rodovias marginais, mas nos esquecemos de um grande problema que se tivessem dado andamento já teria sido resolvido, a BR-116. Cadê a duplicação da BR-116? Parou na região metropolitana de Curitiba, embora tantos e tantos governos prometeram essa duplicação. Eu considero uma das mais importantes e mais longas rodovias do Brasil e para nós, com certeza a mais importante.

Nós temos que cobrar da nossa Bancada Federal, Deputado, essa mudança da legislação. Eu nem diria uma mudança e, sim, um acréscimo. É proibido o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias federais, exceto com autorização. Alguém aqui falou: tem que ir a Mafra, tem que ir a Canoinhas. Hoje nós temos aplicativos de telefone, os sindicatos rurais podem fazer esse agendamento, ficou muito fácil, a tecnologia tem que nos ajudar e não atrapalhar.

Então, com essas palavras, Deputado, eu quero dizer mais uma vez que fico triste por esta audiência pública não ser em Mafra, espero que em outras oportunidades o senhor prestigie o nosso Município, assim, quando formos à Alesc, onde o senhor tão bem representa a sua região, nós lhe faremos uma visita e ao Deputado Altair Silva, transmita-lhe o nosso cordial abraço, dizendo que o planalto norte precisa ser visto novamente, não é porque nós não temos Deputados eleitos, infelizmente, que nós temos que ser esquecidos. Fomos esquecidos na questão do Contestado, fomos esquecidos na questão da BR-116 e, em grande parte, nos esqueceram na questão do desenvolvimento regional de Santa Catarina, em que o Vale do Itajaí é um lugar, o oeste de Santa Catarina é outro, o litoral é outro e o planalto norte ficou em segundo



plano, mas agora não mais, porque o senhor vem inaugurar essa audiência pública para trazer de volta a representatividade do planalto norte.

E também quero dizer ao produtor rural e presidente do Sindicato, senhor Miguel, que depois do discurso dele fica difícil falar qualquer outra coisa em defesa dos produtores, é a nossa realidade em muitos pontos lá no Município de Mafra também e a voz da experiência fala por si só.

Para concluir, agradeço ao sindicalista Miguel e lembro que ele fez um comparativo e falou que nos Estados Unidos os produtores são respeitados, mas lá se um bandido fizer alguma coisa errada ele vai para a cadeia, já no Brasil vai para a Presidência da República.

Muito obrigado senhor Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Vereador Jonas.

Gostaria de dizer que eu sou Deputado do planalto norte e do alto vale, podem contar comigo para representá-los, até porque vocês não têm Deputado e não é tão longe. A nossa luta para ligar o alto vale ao planalto norte não para, podem contar conosco.

Passo a palavra para a senhora Vereadora Eleni Baum, Presidente da Câmara de Vereadores de Irineópolis.

A SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IRINEÓPOLIS/SC (Vereadora Eleni Baum) – Quero cumprimentar o Deputado, o Prefeito, a Presidente da Câmara, o senhor Klippel, o produtor e todos os componentes desta mesa. E um boa-noite especial a todos os agricultores que estão aqui, hoje, neste importante evento, e também aos Vereadores de Irineópolis.

Quero comunicar, Deputado, que nós também transferimos a nossa sessão de Irineópolis devido à importância que nós damos justamente pela nossa região, tanto o Município de Irineópolis como toda a região do planalto norte, ser essencialmente agrícola.

Desde o início do ano de 2023 a Câmara de Vereadores de Irineópolis já vem elaborando e enviando ofícios, fomos a Brasília, encaminhamos ofícios para os Deputados Federais, para o DNIT e para a Polícia Rodoviária Federal cobrando a modificação dessa lei que nós já sabíamos que iria dar problemas para os nossos agricultores.

Recentemente, há uns trinta dias ou menos, um produtor nosso foi abordado pela polícia e está enfrentando problemas, uma produtora rural do Município de Irineópolis precisou somente atravessar a rodovia, foi abordada pela Polícia Rodoviária e não pode atravessar. O que está acontecendo? A Polícia Rodoviária tem quer ser companheira do agricultor, o agricultor precisa trabalhar, pois é ele quem leva o alimento para as nossas famílias, para a população do Brasil e do mundo. O produtor tem que ser respeitado.

Essa legislação precisa ser alterada, sabemos que existe um projeto de lei do Deputado Federal Sérgio Souza, que está tramitando há muito tempo no Congresso, e precisamos que isso realmente aconteça. Estamos conversando há algum tempo com a diretoria do Sindicato Rural de Irineópolis, o Klippel esteve lá em julho do ano passado, quando nós convocamos os agricultores de Irineópolis e regiões vizinhas e ele passou as informações sobre o que estava acontecendo com a legislação e orientou os nossos agricultores e produtores sobre como poderíamos alterar essa legislação.

Então, Deputado, nós já vínhamos pedindo, até o Prefeito já colocou que a construção das marginais seria uma saída para os agricultores, já que não podem transitar, mas isso tem que mudar. O produtor ou talvez alguém da própria família, pode fazer o batedor, tanto na frente quanto atrás, como sempre acontecia. Eu não vejo tantos acidentes acontecendo com trânsito de máquinas agrícolas. Os produtores estão aqui e podem falar, não é?

(Manifestação fora do microfone inaudível.)



Não, não tem. Por que o produtor não pode continuar como sempre fazia antes, a transitar? A polícia pode ajudar nessa situação e fazer o batedor e quem estiver mais próximo pode ligar. Os produtores pequenos, em situações de trechos mais longos, não têm condições de pagar o transporte de um maquinário de um lugar para outro, como a lei exige. São situações que precisam ser vistas e modificadas, pois todos esses agricultores são pagadores de impostos e eles estão confiando na alteração dessa lei, nos que mexem com essa lei. Nós confiamos nisso.

Espero que essas sugestões dos agricultores e dos Vereadores e Prefeitos realmente sejam ouvidas e [as leis] sejam modificadas, aguardamos que isso aconteça e que os produtores tenham a tranquilidade de trafegar nas rodovias, não só na região norte, mas em todas as regiões onde isso vem acontecendo.

Muito obrigada e boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Muito obrigado, Vereadora.

Poderíamos pegar uma máquina e abrir todas as marginais das BRs, combinar com o DNIT e as Prefeituras meterem as máquinas e já fazerem as marginais, mas eles não vão deixar porque a faixa é deles, temos que chegar a um consenso.

Passo a palavra ao senhor Sidnei Paulo Woichicoski, produtor de Major Vieira.

O SR. SIDNEI PAULO WOICHICOSKI – Boa noite a todos.

Quero cumprimentar as autoridades e os produtores presentes.

Deputado, eu sou produtor rural e eu mesmo transporto a minha máquina, não saio na BR para não me comprometer (*risos*).

Eu vou fazer dois relatos, o primeiro é do meu dia a dia, dos anseios e necessidades que eu acredito não serem apenas meus, mas da maioria dos produtores que dependem de transitar. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Djonathan Costa*]

Muito se fala em pranchas, a primeira coisa que você precisa quando vai contratar uma prancha é encontrá-la e investir R\$ 1 milhão, que é o que custa uma prancha, para deixar na propriedade para usar cinco, seis vezes no ano. Quando você vai contratar uma prancha para desmontar uma máquina, você já tem que contratar um guincho, porque a máquina tem quatro pneus e cada um pesa 3 mil quilos, 4 mil quilos, como é que eu vou pegar um pneu e rodar para o lado? Você contrata o guincho para erguer em outro caminhão e você tem que contratar esse outro caminhão. Então, para colocar a máquina na prancha é uma despesinha básica de R\$ 15 mil, somente para levar. Não esqueçam que dependendo da situação, em Santa Catarina nós plantamos 20 hectares, 30 hectares, 50 hectares, se eu for com a minha máquina e colher 50 hectares em um dia, no dia seguinte vou ter que fazer tudo isso novamente, eu vou precisar trazer a máquina, não é só levar, então são mais quinze. Se alguém já transportou com prancha, sabe que são R\$ 15,00, R\$ 20,00 o quilômetro rodado. Mas tudo bem, é apenas o relato de como se desmonta uma máquina, o transporte e o custo e acho que não interessa muito, o custo fica sempre para nós mesmo, não é?

E qual é a necessidade? Do meu ponto de vista, a necessidade é transportar com licença e a um custo reduzido, com um aplicativo que a Polícia Federal ou Estadual e que o produtor acessem, tipo uma guia de trânsito animal, onde você tem sete dias. E por quê? Porque eu tiro a licença hoje e estamos aqui, mas se amanhece chovendo, eu faço o quê? Eu preciso ter uma licença estendida – estou colocando o meu ponto de vista – para cinco, sete dias, e tudo bem sinalizado para transportar, obedecendo a um horário, por exemplo, das sete da manhã às seis da tarde, no verão. À noite eu prezo pela minha segurança, eu que estou dirigindo a máquina e de quem está na BR, e acho que à noite é perigoso, eu estou na máquina e tenho a percepção de que no horário da noite, de madrugada... e em dia de chuva também acho que não precisa transportar máquinas. O produtor tem que ceder em algumas situações, por outro lado, o Poder Público também tem que ceder para que cheguemos num consenso de transitar com segurança e poupar a vida de quem transita e de quem está na colheitadeira, no trator.



Outro ponto que ninguém comentou e que é fundamental, o pessoal até falou, mas é meio paliativo, é a conscientização do produtor para se enquadrar numa lei certa, que dê a licença, bem como, do restante das pessoas que utilizam a rodovia. Como o pessoal falou, todo mundo quando vê uma máquina sabe que está irregular e quem respeita quem está irregular? Então nós queremos andar em situação regular e com segurança.

O seu Jaime falou do batedor, eu acredito que se for bem sinalizado, talvez colocar uma placa, porque nós não queremos fazer nada errado. Vamos ter que investir numa placa, numa faixa, em alguma coisa? Ótimo, tranquilo, nós queremos fazer alguma coisa também, não queremos criar um problema no trânsito, porque quem é que vai responder a isso se depois vier a cessar uma vida? A situação não é nada simples, se você sair de casa com a máquina, você vai voltar preso, quer dizer, nem volta, vai responder criminalmente. Eu acredito que seja uma situação muito complexa, mas tem jeito se criarmos juntos uma lei para que possamos transitar. É só isso, nós precisamos transitar regularmente, não podemos ficar escapando e tendo infrações. E ficar falando sobre a agricultura que dá prejuízo ou que dá lucro, todo mundo sabe, é uma empresa a céu aberto, não tem telhado, os riscos são todos nossos e tudo bem, mas eu acho que não é o assunto que viemos pautar. O que nós precisamos é construir algo dentro da lei e que nós possamos transitar. Eu ainda acho que a sinalização, os batedores e um horário específico bastam, é o que nós precisamos.

A largura da máquina, sendo considerada uma máquina agrícola, estará dentro da regularização, porque se colocarmos apenas máquinas pequenas, aonde o produtor iria com uma máquina, vai ter que ir com cinco, ou seja, é mais trânsito, é mais problema. A história do Renagro não serve para nada, uma máquina de 2,80 metros é um tratorzinho, 2,75 metros nós usamos na propriedade para puxar silagem de um lugar para o outro, não serve. E precisamos informatizar essa parte com um aplicativo *on-line*, que nos dê acesso para que possamos fazer uso das máquinas, com conscientização e sem criar perigo para ninguém.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, Sidnei, pelas palavras.

Passo a palavra para o senhor Mário Skonieski, Vereador de Mafra.

O SR. VEREADOR MÁRIO SKONIESKI (Mafra/SC) – Cumprimento o Deputado Oscar e todas as autoridades presentes.

Vereadores, Vereadora Sandra, Presidente da Câmara, nós somos a linha de frente e que bom que hoje temos aqui conosco o Deputado para ouvir as sugestões.

Os meus cumprimentos aos agricultores, quero dizer a vocês que nos procurem mesmo, porque nós somos responsáveis por vocês e pelo nosso Município e temos acesso aos Deputados, aos Governadores e às autoridades mais supremas da política, então, nos procurem.

Eu realmente os parableno por esta audiência pública. Não quero me alongar, mas tem uma situação que hoje foi esquecida aqui e eu quero complementar. Eu estou Vereador hoje, mas sou agricultor e, hoje, nós podemos classificar a agricultura por grande, médio e pequeno produtor. Eu sou agricultor familiar e, Deputado, o mais prejudicado nessa situação, nessa lei é o pequeno. E por que o pequeno? O pequeno não tem essas máquinas grandes para os serviços e precisa do agricultor solidário, mas muitas vezes, devido à burocracia, o agricultor grande não vai fazer o serviço, pois ele pode entrar numa encrenca, então acaba deixando. Conforme os produtores falaram, quando a produção está pronta para colher, tem que colher, mas ele vai entrar numa encrenca para colher o produto? Muitas vezes o produto do pequeno agricultor está a 500 metros e essa máquina vai a 30 quilômetros, 40 quilômetros, mas não pode fazer o serviço.

O Congresso Nacional está com um grande pepino para ser descascado.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Oscar Gutz) – Obrigado, seu Mário.

Primeiro, eu quero dizer para vocês que fiquei muito feliz. Eu vivi aqui na região do planalto norte e, como acabei de falar, vocês podem contar conosco. O gabinete 207, da Assembleia Legislativa, é o gabinete do povo de Santa Catarina, não é do Deputado Oscar, não, está de portas abertas para todas as situações que vocês precisarem, em Florianópolis.

Quero aqui também agradecer à equipe da Assembleia Legislativa, aos profissionais que sempre fazem um belo trabalho para nós, Deputados, sempre nos acompanham e fazem um trabalho muito bem feito para que nós possamos fazer as nossas audiências, fazer o nosso trabalho. Também aproveito para parabenizar a minha equipe do gabinete, o Josimar, chefe de Gabinete; o Leo, da imprensa; o Célio, assessor aqui em Canoinhas; o Ronaldo, que sempre trabalha bastante aqui; e todos os que sempre estão junto conosco, somos muito gratos a essas pessoas que vêm fazendo um belo trabalho. E quero agradecer à Polícia Militar por estar presente, ao Promotor, ao Prefeito da cidade, à Presidente da Câmara, que cedeu o espaço, à PRF, que está aqui conosco, e ao agricultor que explanou muito bem e agora também está com um pepino, que nós vamos ajudar a resolver.

Quero dizer que eu estou muito feliz porque vocês também têm interesse em resolver essa situação, que é tão grave neste momento. É realmente grave, vamos nos colocar no lugar, imagine que você está andando com uma máquina grande na BR, quer seja um trator, quer seja um equipamento da agricultura, você está querendo economizar porque, como o nosso amigo falou, usar uma prancha para fazer um transporte custa R\$ 15 mil, e eu não duvido, se for para tirar pneu, o tempo que perde, perde lavoura... Acredito que todos vocês, aqui, tem essa preocupação quando vão contratar uma prancha, tem que achar e na hora que encontram, fica fora da largura, tem que tirar os pneus, tem que arrumar um guincho para colocar esses pneus em cima de outro caminhão, pegar outro caminhão... Olhem a dificuldade, às vezes a lavoura é pequena e nem paga esse trabalho. Já temos prejuízo, já temos o tempo, que de vez em quando faz seca, chove, às vezes realmente não ajuda e ainda tem mais um pepino desse tamanho para poder andar nas rodovias.

Temos que ter o bom senso de cada um, mas também não adianta nós falarmos aqui do bom senso só para a Polícia, nós também temos que entender que se nalgum momento há um acidente, eles vão responder e vão perder o emprego deles e isso nós também não queremos. É por isso que nós queremos chegar num consenso de conseguirmos mudar a lei, porque tanto a Polícia Militar como a PRF, às vezes são trocados de lugar e vem uma pessoa estranha que vai cumprir a lei e se nós não tivermos a lei certa, não adianta discutir porque nós vamos pagar por isso e é isso o que nós não queremos. Nós mesmos, andando com essas máquinas nas estradas, podemos provocar um acidente grave, uma família se matar, as consequências podem ser muito grandes.

Por isso nós temos que andar todo mundo junto, por isso foi muito importante cada um se expressar aqui, porque isso vai tudo para a Comissão de Agricultura e para a Comissão de Transporte, para o Ministério, para a Câmara dos Deputados Federais e Senadores. Nós vamos ter que achar alguma coisa para mexer nessa lei e ajudar os nossos agricultores, o agronegócio é muito forte, é ele que aguenta o Brasil, que sustenta o Brasil e nós precisamos, sim, fazer alguma coisa.

Expresso a minha gratidão a cada um e a cada uma de vocês, que tiraram esse tempo para estar aqui conosco, ao pessoal da Assembleia, que faz um belo trabalho, à taquigrafia, parabéns para vocês, que anotaram tudo. É muito importante, nós vamos ter mais três audiências públicas, mas para mim não tem hora, pode ser sábado, pode ser domingo, não tem hora, amanhã tenho que ir cedo para Floripa, vou chegar em casa à meia-noite, vou levantar amanhã às quatro horas da manhã e está tudo certo, vocês estão me pagando para fazer isso.



Eu fui da colônia e sei como é difícil, eu entendo também o serviço de cada um, tanto da Polícia como do comércio, enfim, todo mundo tem que trabalhar, não cai nada do céu e de graça, todo mundo tem que trabalhar.

Então, sempre contem conosco, o nosso gabinete fica à disposição. Não tenham vergonha de nos procurar, o Célio está aqui na região, que está nos representando. Cada vez mais ficamos mais conhecidos, eu sou Deputado pela primeira vez, mas fui duas vezes Prefeito, renunciei ao meu mandato de Prefeito para concorrer para Deputado e deu certo, o povo me elegeu em uma cidade pequena, com 18 mil habitantes, tive 11 mil votos e desses 11 mil, foram 9,2 mil votos daqui, eu fiz 73% na minha cidade. Então, estou aqui para ajudar o povo, o que eu fiz pelo Município em cinco anos e três meses, agora eu quero fazer para o povo de Santa Catarina, com honestidade, transparência, quero ajudar o povo no que for possível. E no que não for possível porque é fora da lei, eu vou dizer para vocês que eu não consigo, mas o que for dentro da lei, o que é correto, no que depender de mim, estou aqui para ajudar a população. Então, deixo a minha imensa gratidão.

Quero agradecer a Deus por esta audiência tão bacana, por vocês terem vindo aqui, senhores e senhoras, o meu respeito muito grande a vocês de Papanduva, ao pessoal que organizou esta reunião. Sou grato ao Taffarel, também chamado de Taffa, eu já digo: vai que é sua, Taffarel! E aí dá tudo certo!

Gente, um grande abraço, tudo de bom, muito obrigado e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição e Leitura: Grazielle da Silva / Leitura Final: Marivânia Pizzi]*

**DEPUTADO ESTADUAL OSCAR GUTZ
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**